LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA (ORGANIZADOR)

VIDA SOB CERCO

VIOLÊNCIA E ROTINA NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO 2

Apontamentos metodológicos

Luiz Antonio Machado da Silva

A maior parte do material empírico de que trata este livro deriva da mencionada pesquisa coletiva empreendida pelos autores. Vale a pena, portanto, um comentário geral sobre as vantagens e os limites das informações a partir das quais os artigos elaboram seus argumentos. Detalhes adicionais sobre o trabalho de campo constam dos próprios textos e são tratados na medida em que interferiram na natureza do material disponível para a construção do argumento de cada pesquisador.

Basicamente, foram adotados dois procedimentos conjugados: de um lado, a constituição e moderação de "coletivos de confiança", de outro, a realização de um acompanhamento de inspiração etnográfica do dia-a-dia em três localidades selecionadas segundo critérios apresentados mais adiante. Paralelamente a estes dois eixos centrais, foi reunida ampla quantidade de material secundário, freqüentou-se, quando era o caso, audiências públicas e debates organizados pelos Legislativos estadual e municipal ou com autoridades de segurança pública, eventos organizados pelos moradores de favelas etc.

A expressão "coletivo de confiança" procura especificar uma composição de grupos focais determinada pelas condições da pesquisa e pelos objetivos mais amplos aos quais ela pretendia responder. Dada sua natureza de técnica qualitativa, o recrutamento de participantes de grupos focais costuma ser casual, via de regra respeitando apenas perfis amplos e vagos requeridos dos eventuais membros em função dos interesses de pesquisa; raramente são considerados os impedimentos a uma comunicação livre durante o funcionamento dos grupos. Por outro lado, durante a realização das atividades, em geral os moderadores controlam e orientam as intervenções dos participantes de modo a mantê-las focadas em um roteiro prévio que deve ser seguido de maneira relativamente

rígida. Ao contrário, em nosso caso, tanto a composição quanto a dinâmica dos grupos seguiu critérios que de certa maneira invertem o protocolo convencional da técnica, razão pela qual ela foi renomeada.

Assim é que os participantes dos "coletivos de confiança" foram selecionados de um conjunto muito mais restrito do que é convencional. Como o nome indica, não bastava ser residente em favelas. Decidiu-se como critério primordial que só poderiam ser recrutados moradores com os quais pelo menos um dos pesquisadores tivesse estabelecido previamente relações de confiança baseadas no conhecimento mútuo. Dessa forma pretendia-se minimizar a possível sensação de perigo dos membros quanto às conseqüências do que dissessem durante as sessões. Desnecessário dizer que este critério básico só foi possível porque vários pesquisadores do grupo há muito já vinham interagindo com inúmeros moradores de diversas favelas, e, ao longo do tempo, estabeleceram relações de aliança e amizade com muitos deles. (Além da confiança, dois critérios subsidiários foram considerados no recrutamento dos participantes — a demonstração de interesse na investigação, que propiciaria uma atitude colaborativa, e a fluência verbal, que garantiria intervenções estruturadas).

Desde o início, esta forma de composição dos grupos pareceu vital aos pesquisadores, pois dela dependia a possibilidade de ultrapassar, ao menos parcialmente, a desconfiança e o medo que sabidamente as condições de seu ambiente cotidiano geram. Dessa maneira, o ponto de partida fundamental na elaboração do desenho da pesquisa consistiu em sempre considerar procedimentos visando reduzir a chance de bloqueio na comunicação entre os próprios moradores que participariam dos grupos focais e entre eles e os moderadores das sessões. Pressupôs-se que esta questão implicava muita ênfase na confiança interpessoal.

Antes de prosseguir, é necessário ressaltar que não foram apenas considerações técnico-metodológicas que inspiraram tanto cuidado na composição de grupos focais, a ponto de renomeá-los e constituí-los de maneira muito menos casual do que essa técnica costuma demandar. Os pesquisadores não queriam apenas *estudar* aspectos das condições de vida nas favelas cariocas tendo por hipótese central que este contexto vem bloqueando fortemente as possibilidades de comunicação nas próprias localidades e mesmo fora delas. De fato, esta não era mera hipótese no sentido técnico do termo, mas também a constatação de um problema sobre o qual o grupo de pesquisa pretendia, e continua pretendendo, *intervir*. Nesta dimensão, tratava-se de uma hipótese prática.

Os pesquisadores consideram que é necessário criar arenas que permitam aos moradores conversar abertamente sobre suas condições de vida, passo indispensável para que possam, *por suas próprias iniciativas*, formular *projetos articulados* de ação que os coloquem como agentes ativos no debate público. Só formulando estratégias e práticas comuns será possível superar a fragilidade, a ausência ou a falta de organicidade que vêm caracterizando a ação coletiva dos residentes em favelas. Recuperar a condição de atores significativos no debate público, portanto, depende da existência de arenas onde o esforço cognitivo e moral possa conduzir ao desenvolvimento de projetos articulados e seja capaz de se realizar com, pelo menos, alguma liberdade. No entanto, nas condições de confinamento e submissão forçada em que se encontram os moradores, a produção autônoma de tais arenas é improvável, de modo que canais de colaboração externa são indispensáveis. Por mais modesta, pontual e superficial que fosse, a constituição dos "coletivos de confiança" foi pensada como uma instância de colaboração deste tipo.

Este mesmo conjunto de considerações indicava que, embora necessário, o critério das relações pessoais de confiança não era suficiente. Não importa o quanto cresça a desconfiança nas favelas, é evidente que muitos moradores sempre confiarão uns nos outros. Este fato, porém, não impede que certos temas e acontecimentos sejam proibidos nas conversas entre eles, devido ao controle violento e muito próximo a que está submetida a sociabilidade nessas localidades — sobre o qual, a partir de diferentes ângulos, todos os artigos deste livro se debruçam. Para superar este obstáculo, decidiu-se que os "coletivos de confiança" se reuniriam fora de suas localidades de moradia, em salas alugadas a empresas especializadas em pesquisa de mercado. A privacidade que esses locais oferecem seria uma garantia adicional de liberdade de expressão, além de que, obviamente, as condições materiais facilitariam o registro dos debates. Para completar estes cuidados, foi também informado aos moradores convidados que eles não seriam nominalmente identificados.

Todas as sessões foram registradas em vídeo e áudio, conduzidas por um mediador e um assistente e observadas pelos demais pesquisadores através de espelho de dupla face, que permitiu que observadores acompanhem as sessões sem superlotar o ambiente. Assim, garantiu-se um registro bastante completo da dinâmica dos "coletivos de confiança". Cumpre mencionar que todos os participantes sabiam estar sendo gravados, filmados e observados: isso lhes foi informado no momento do recrutamento e reiterado no início de cada sessão. Note-se que,

até onde foi possível perceber, não houve qualquer constrangimento, nem os participantes se apresentaram como se estivessem atuando em uma situação experimental. Pelo contrário, *a pedido de vários deles*, foi realizada, apenas com registro de áudio, uma longa e muito descontraída — os pesquisadores referiam-se a ela como "o *happening*" — sessão ampliada, verdadeiro seminário com mais de trinta voluntários, durante um sábado (manhã e tarde, com intervalo para lanche).

Em parte para evitar o presumível paroquialismo de uma "ação entre amigos", mas também para garantir certa abrangência (qualitativa) para a pesquisa, foi decidido que, no conjunto, os participantes dos "coletivos de confiança" deveriam discutir suas realidades locais, mas também falar dos mesmos assuntos em um nível mais geral. Desse modo, um critério paralelo foi que o recrutamento, na medida do possível, incluísse moradores de diferentes favelas. Este requisito de diversidade situava-se, obviamente, entre dois limites: de um lado, a extensão da rede de relações prévias entre pesquisadores e moradores e, de outro, a quantidade máxima de participantes dos "coletivos de confiança" permitidos pelo financiamento recebido. Quanto à composição final, muitas vezes os participantes se conheciam, mesmo morando em diferentes localidades; em outros casos moravam nas mesmas localidades; e, na maioria das vezes, travaram conhecimento durante a sessão de que participaram (salvo no caso do *happening*, que será comentado adiante, e com duas exceções no caso dos "coletivos de confiança", nenhum morador esteve presente em mais de uma sessão).

Esses cuidados permitiram criar um suporte afetivo que sustentava a confiança mesmo no caso de desconhecidos e contribuía para o clima de descontração e liberdade de opinião.

Além da variedade quanto aos locais de moradia, a composição dos "coletivos de confiança" procurou, como último critério, garantir a presença de membros perfazendo, na medida do possível, perfis socioculturais representativos da reconhecida heterogeneidade da composição social das populações residentes em favelas. Sabia-se, é claro, que por mais detalhado que fosse o conhecimento de uma estratificação não seria possível dele derivar a escolha de *pessoas* — a unidade analítica básica — representativas. Desde o início estava claro que, por definição, a pesquisa tinha um caráter parcial e arbitrário e que o critério de variedade de perfis não poderia deixar de ser o mais vago e impreciso dentre todos. Não obstante o reconhecimento de tais dificuldades, considerou-se mesmo assim relevante garantir a existência de relatos que pudessem ser aproximados de posições diferentes na organização social da cidade em geral

e/ou das localidades em particular. Concretamente, foram privilegiados perfis de moradores de favelas que, conforme constatado em diversas investigações, vêm sendo atingidos com especial intensidade pelo quadro de violência local e/ou têm construído alternativas diversas para lidar com ela.

A partir desses critérios, foram ouvidos cerca de 150 moradores de 45 favelas diferentes durante quinze "coletivos de confiança" com cerca de 3 horas de duração cada, além da mencionada reunião extra pedida por inúmeros participantes, com cerca de 7 horas de duração e um intervalo para lanche. No conjunto, a composição foi a seguinte:

- 2 grupos reunindo dirigentes de associações de moradores;
- 2 grupos reunindo dirigentes dessas organizações e integrantes de projetos sociais;
- 2 grupos de moradoras mães de família de idade variada, mas de modo geral acima dos trinta anos;
- 2 grupos de moradores (homens e mulheres) jovens na faixa etária dos quinze aos vinte e quatro anos;
- 2 grupos de moradores pertencentes a diferentes filiações religiosas;
- 4 grupos de moradores de favelas com e sem envolvimento em atividades comunitárias, cada um composto exclusivamente por moradores das localidades onde foi desenvolvido o acompanhamento etnográfico mencionado adiante;
- 1 sessão ampla, cuja composição não foi previamente determinada, mas que reuniu basicamente jovens de ambos os sexos (alguns ex-traficantes), mães de família, membros de diferentes filiações religiosas, integrantes de projetos sociais etc.

Quanto à dinâmica propriamente dita, o procedimento adotado na moderação dos "coletivos de confiança" também diferiu do modelo convencional dos grupos focais. Era óbvio que os relatos e debates iriam se concentrar na violência criminal e policial e em suas conseqüências. Desse modo, ao invés de orientar a dinâmica segundo um roteiro prévio, decidiu-se que o moderador deveria apenas ordenar as intervenções, até estimulando a abrangência dos tópicos levantados, intervindo apenas eventualmente para estimular tomadas de posição mais explícitas ou esclarecer pontos obscuros. Com isso também se pretendia evitar a imposição de temas relevantes para os pesquisadores, mas que talvez não o fossem para os moradores. Tratava-se de um cuidado adicional, tomado não obstante prever-se a dramática centralidade das discussões em torno da violên-

cia urbana. Assim, todas as sessões se iniciavam com a observação de que seu desenrolar seria registrado e observado, seguida por um pedido de apresentação breve de cada participante e, finalmente, pela pergunta "Como é a vida nas favelas hoje em dia?", que era o mote para o início da conversa.

Os critérios de organização e funcionamento dos "coletivos de confiança" mostraram-se particularmente apropriados. Esta observação sustenta-se no fato de que em praticamente todas as sessões os moderadores foram obrigados a interromper a dinâmica dos debates, uma vez que o tempo de aluguel da sala se esgotara há muito. Não fosse este corte, tudo leva a crer que a conversa continuaria acalorada ainda por muito tempo. Desnecessário acrescentar que tal fato pode ser interpretado como indicação de que há uma espécie de demanda reprimida por oportunidades deste tipo. Acrescente-se que algumas sessões foram verdadeiramente catárticas, outras nem tanto, mas em conjunto todas envolveram forte tensão emocional, demonstrando o sofrimento psicológico causado pelo silêncio forçado e uma certa angústia relacionada à dificuldade de monitoramento das identidades pessoais. Uma segunda indicação do sucesso das decisões a respeito dos procedimentos técnicos adotados é o fato de que vários grupos solicitaram a continuação das discussões em outra oportunidade, o que deu origem ao "*happening*".

Dessa forma, foi possível reunir grande massa de relatos, envolvendo debates em torno de vários tópicos, além de respostas a eventuais perguntas e provocações dos moderadores. No conjunto, esse material — que está longe de haver sido esgotado no presente livro — contém, de um lado, informações sobre atitudes, disposições subjetivas e estrutura cognitiva e moral das orientações dos moradores; de outro, descrições dos acontecimentos que constituem a própria dinâmica dessas situações desde as diferentes perspectivas através das quais elas são apreendidas por aqueles atores.

O segundo eixo a compor o desenho da pesquisa baseou-se no pressuposto de que era preciso um conhecimento da sociabilidade nas favelas independente da percepção dos membros dos "coletivos de confiança" e suficientemente atualizado e sistemático, a partir do qual fosse possível realizar uma descrição crítica (horizontal, como já foi mencionado[1]) das interpretações contidas nos

[1] Este ponto de vista metodológico não é consensual entre os autores do livro. Na realidade, durante toda a investigação ele foi objeto de debate e se manifesta implicitamente, porém com clareza, na articulação dos diferentes artigos. Indico, apenas, o que considero ser a tendência mais geral (e minha opção pessoal). As implicações desta questão, evidentemente, não podem ser tratadas aqui.

relatos dos moradores. Neste sentido, além dos "coletivos de confiança", realizou-se um acompanhamento de inspiração etnográfica (não uma etnografia propriamente dita) em três favelas. Seria absurdo pensar que as escolhas visavam cobrir a imensa variação no tempo e no espaço dos contextos locais de violência criminal e policial. Entretanto, ainda que aceitas sua arbitrariedade e parcialidade inevitáveis, optou-se por tentar incorporar à reflexão o máximo possível dessa diversidade. Concretamente, as três favelas foram escolhidas por se situarem em diferentes regiões da cidade e serem classificadas pelos próprios moradores e, mais geralmente, pela opinião pública, como apresentando diferentes níveis e modalidades de violência. Assim, selecionou-se uma, considerada "muito violenta", com tráfico ostensivamente armado e recorrentes disputas do território que, ademais, possuía longa tradição de ação coletiva que vem sendo esvaziada pela escalada de violência; outra, considerada "calma" por não sediar "bocas", pelo menos ostensivamente, e onde a ação coletiva nunca foi muito intensa; e uma terceira, dominada pelo que atualmente se designa de "milícia", considerada um exemplo da imposição pela força de um poder local que perverte antigo dispositivo de controle social cujo recurso à violência gozava de certa legitimidade na cultura popular urbana, a "polícia mineira".

O acompanhamento desses três casos foi realizado durante cerca de oito meses. Permitiu mapear diferentes instituições e projetos, locais e supralocais, existentes nessas localidades e acompanhar algumas de suas atividades, além da observação direta das rotinas de alguns moradores. Também abriu a possibilidade de realizar várias entrevistas em profundidade, inclusive com ex-traficantes, visando à produção de histórias de vida detalhadas. Uma vez que estas não foram terminadas, a incorporação desse material nos vários artigos do livro foi apenas subsidiária.

bilidade se distribuem homogeneamente, compartilhando meio a meio todo o território das cidades. Ao contrário, no que diz respeito ao peso diferencial de cada uma das ordens, há grande heterogeneidade na configuração dos espaços urbanos, tanto em razão de práticas intencionais (o auto-isolamento dos estratos mais favorecidos e a preferência por locais de difícil acesso pelos agentes da sociabilidade violenta, por exemplo) quanto de processos mais impessoais ligados às restrições econômicas[15].

Assim é que, embora a sociabilidade violenta seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras, afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas. Além das clássicas razões de natureza sociopolítica, isto ocorre provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem lá se estabelecer. Os moradores dessas áreas estão mais diretamente submetidos à sociabilidade violenta e, portanto, merecem um comentário especial.

Considerações finais

Como toda a população urbana, como se verá nos capítulos seguintes, os moradores de favelas articulam suas práticas segundo uma dupla inserção, como participantes da ordem institucional-legal e, paralelamente, da sociabilidade violenta. Quanto à primeira, embora ocupando uma posição subalterna, eles têm se organizado em torno de variados projetos, individuais e coletivos, com diferentes graus de adesão. Pode-se dizer, assim, que estão ativamente engajados no entendimento de sua própria situação, independente da direção das práticas que este entendimento indica (as quais, como sabemos, variam muito no tempo e no espaço).

Neste sentido, mesmo nos momentos mais autoritários de funcionamento do controle estatal sobre a organização de suas condutas, tem havido espaço para o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de ação coletiva visando à obtenção de seus interesses — o movimento de favelados é antigo, consolidado e, apesar de oscilações, com influência reconhecida. Por outro lado, sua

[15] Consultar Machado da Silva (2004) e Caldeira (2000), que, embora operando com um enquadramento diferente, enfatizam a mesma dimensão de segregação socioespacial.

legitimidade como interlocutor nas arenas políticas tem sido muito prejudicada pelos estereótipos atuais sobre as classes perigosas, que, por uma indevida generalização, criminalizam toda a população favelada — é, portanto, sua ação coletiva — como um perigo potencial.

Quanto à adesão à sociabilidade violenta, ela se caracteriza antes como submissão que como subordinação, na medida em que este último termo implica a existência, em algum grau, da formação de condutas autônomas e a possibilidade de crítica. Enraizada como um âmbito imprevisível da vida cotidiana, ela não produz um distanciamento entre as fontes institucionalizadas de poder e as rotinas cotidianas, reduzindo a limites mínimos a comunicação necessária à produção do entendimento da própria situação, que é a base da formação autônoma da conduta.

Dada a contigüidade territorial nas favelas (e nos territórios da pobreza em geral), a sociabilidade violenta, levando nestes locais a ameaça à integridade pessoal ao paroxismo, gera medo nos atores que não estão preparados para nela integrar-se ativamente, seu estatuto sendo o da vítima submissa. A conseqüência é o desenvolvimento de uma desconfiança generalizada, cujo resultado é uma tácita "lei do silêncio" mais perniciosa do que se costuma pensar. Não se trata apenas de manter as aparências e esconder dos "de fora" os aspectos menos abonadores da vida local, mas da incomunicabilidade e do esgarçamento das tradicionais relações de vizinhança produzidos pelo medo e pela desconfiança. Esta talvez seja a conseqüência mais perversa da sociabilidade violenta como ordem instituída — afora, é claro, a letalidade que lhe é inerente. As populações mais diretamente afetadas (ou, dito de outra maneira, menos protegidas) continuam a viver uma vida "normal", porém à custa de uma enorme atenção e um diuturno esforço adicional destinado a garantir a continuidade das rotinas, permanentemente ameaçadas pela proximidade da sociabilidade violenta[16] organizadas como subalternas que são à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem coletivamente da "outra parte" desta mesma normalidade cindida.

[16] Pode-se dizer que, abordado a partir de diferentes tematizações, este é um aspecto presente em todos os capítulos deste livro.

Capítulo 4

Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?[1]

Luiz Antonio Machado da Silva
Márcia Pereira Leite

1. Introdução

Este capítulo analisa os relatos de moradores de favelas cariocas sobre a violência que vivenciam no cotidiano dessas localidades face às diferentes modalidades de presença e atuação dos bandos de criminosos e das forças policiais. Sustenta que os moradores de favelas enquadram estas questões a partir de uma preocupação constante com as interrupções na estabilidade das rotinas diárias provocadas pelas freqüentes explosões de violência. Sem ser diretamente tematizado, este é o horizonte de atenção que organiza todo o seu discurso crítico "para fora" das favelas, bem como suas atitudes e condutas nos locais de moradia. O texto avança um pouco mais, argumentando que, em suas descrições e denúncias, os moradores demonstram não lidar da mesma maneira com todas as formas de desestabilização de suas rotinas, evitando homogeneizar os responsáveis. Então, de um lado a violência deflagrada durante as famosas "operações" policiais e sempre presente na arbitrariedade da conduta desses agentes aparece associada a seu caráter quase totalmente imprevisível. De outro lado, quando se trata da violência envolvida nas práticas dos traficantes, com os quais os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território, há muitos relatos de tentativas (bem e malsucedidas) de redução da imprevisibilidade do fluxo da vida local. Isto ocorre por meio do ajustamento das

[1] Este capítulo é uma versão modificada de artigo submetido para publicação à revista *Dados e Sociedade*.

condutas a um cálculo dos riscos envolvidos nesta convivência forçada. Este, tornando "administrável" uma pequena porção da violência na localidade, permite "reabsorvê-la" como a parte "extraordinária" das rotinas "ordinárias".

O material empírico que sustenta a elaboração do argumento é resultado de duas pesquisas qualitativas recentes sobre violência[2] e constitui-se de descrições e relatos obtidos em quinze grupos focais organizados com base em "coletivos de confiança" que envolveram 150 moradores de 45 favelas do Rio de Janeiro; 15 entrevistas em profundidade com moradores selecionados; e acompanhamento etnográfico em três favelas. Estas foram escolhidas por serem classificadas pelos moradores e, mais geralmente, pela opinião pública, segundo diferentes modalidades de violência (uma, considerada "muito violenta", com tráfico ostensivamente armado e recorrentes disputas do território, além de possuir longa tradição de ação coletiva; outra, considerada "calma", por não sediar "bocas-de-fumo"; a terceira, dominada pelo que atualmente se designa como "milícia"). Como explicitado em capítulo anterior, designou-se como "coletivos de confiança" os grupos focais com moradores de favelas realizados em salas alugadas fora desses locais e compostos a partir de relacionamento anterior dos participantes com algum dos pesquisadores, capaz de, através do conhecimento pessoal, gerar alguma confiança prévia. Estes cuidados foram considerados necessários como forma de favorecer uma comunicação aberta e franca, devido ao caráter delicado das questões que se previa iriam surgir na dinâmica das sessões. Seu objetivo era minimizar a chance de bloqueio representado pela "lei do silêncio" e derivado do clima de medo e insegurança nas favelas. Os resultados obtidos confirmam a adequação do procedimento. Cumpre ressaltar que, a fim de não impor de antemão temas específicos, os moderadores sempre iniciaram as conversas nos coletivos de confiança perguntando "como é a vida nas favelas".

Evidentemente, os autores não pretendem ter fundamentado seu argumento em uma reconstrução exaustiva de todo o material coletado. A intenção do presente capítulo é apenas explorar o sentido geral das descrições e dos relatos dos moradores, oferecendo uma possibilidade de interpretação, que pode ser

[2] Além do material empírico referente à pesquisa "Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento", os autores incorporaram à análise os resultados de outra investigação por eles coordenada: "Human rights, poverty and violence in Rio de Janeiro, Brasil: slum dwellers searching for recognition and access to justice" (Small Grants Programme for Research on Poverty and Human Right/Unesco, 2005/2006).

tomada ao mesmo tempo como hipótese e plano de trabalho sobre suas percepções a respeito da violência policial e criminal e sobre a maneira pela qual eles atribuem significado às condutas que lidam com elas em seus locais de moradia e no espaço público.

2. Uma crítica da representação dominante

Para a interpretação mais largamente difundida no Rio de Janeiro, as favelas seriam o território da violência e a população ali residente conivente com seus agentes, os traficantes de drogas. O discurso público dominante apreende e explica a "violência urbana"[3] através da metáfora da guerra (Leite, 2008a) e dos "mitos", variavelmente presentes no entendimento de diversos atores, que lhe são associados: cidade legal vs. cidade ilegal, Estado dentro do Estado, conivência dos moradores de favelas com os criminosos, banalização da violência etc. Esses "mitos" sustentam grande parte do pacote interpretativo[4] que estrutura, atualmente, o "problema da violência" no Rio de Janeiro e o horizonte das propostas e medidas para seu controle e redução.

Entretanto, como se verá adiante, uma análise a partir das pesquisas mencionadas permite submeter à crítica tais "mitos". Considerando inevitável que esta discussão permeie o presente trabalho, um comentário inicial facilitará seu entendimento. Comecemos, portanto, por apresentá-los.

Os mitos acionam estereótipos longamente maturados que questionam a participação do conjunto dos favelados na moralidade hegemônica, assim como a postura ética dos moradores desses territórios. Reeditam, *aggiornatta*, a representação das classes perigosas (Chevalier, 1984; Guimarães, 1984; Zaluar, 1994; 1985), agora deslocada do campo propriamente político relativo à apropriação do aparelho de Estado para o terreno sociocultural dos riscos envolvidos no descumprimento de regras de conduta contidas na moral dominante. Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a

[3] Sobre a noção de "violência urbana" como representação social, cf. Machado da Silva (1995; 1993) e o capítulo de Machado da Silva neste livro. Tudo leva a crer que nas favelas esta noção é mais restrita do que no conjunto da população da cidade, uma vez que está muito concentrada nas ações dos bandos de traficantes, com quem os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território.

[4] Para uma boa apresentação deste conceito, cf. Fuks (2001). Para uma discussão de seu lugar no *corpus* conhecido como "construcionismo", cf., por exemplo, Holstein e Miller (1993), Gamson (1992), Hilgartner e Bosk (1988) e Gusfeld (1981).

convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens — relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local etc. — e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta, por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar a chamada "lei do tráfico". Em conseqüência, os moradores de favelas estariam recusando a "lei do país" ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e os valores intrínsecos à ordem institucional. Uma forte conivência marcaria, portanto, as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas sediadas nessas localidades, levando-os a buscar sua proteção e apoio, bem como a protegê-las da polícia.

No caso específico dos jovens residentes em favelas, mais do que as ambigüidades de uma conivência que não implica engajamento, haveria proximidade, idealização do estilo de vida dos traficantes e adesão ativa. A interpretação dominante associa o fenômeno de juvenilização das quadrilhas de traficantes, que parece corresponder a uma tendência real ao crescente recrutamento de menores de idade (cf. capítulo de Oliveira neste livro; Zaluar, 2004; 1994; Soares *et alii*, 1996). Isso se explicaria como uma instrumentalização do Estatuto da Criança e do Adolescente pelas redes de criminosos, que visariam beneficiar-se das proteções à categoria jurídica dos menores que dele constam.

Mesmo sabendo-se que a grande maioria não integra as quadrilhas, os jovens favelados têm sido percebidos e tratados como em permanente risco de a elas aderir. Neste ponto, é interessante observar a porosidade da representação dominante: ela é capaz de incorporar, absorvendo — e distorcendo o que muitas vezes é uma crítica — as constantes referências à sedução por bens de consumo inacessíveis a este segmento populacional e ao fascínio pelas armas, elemento da construção de uma masculinidade "guerreira" (Cecchetto, 2004; Zaluar, 2004; Soares, 2000).

Aqui talvez resida o mais claro exemplo do encontro entre representação, construção de problemas públicos e políticas de intervenção. Com efeito, as idéias de cumplicidade com os criminosos são em boa parte sustentadas, reproduzidas e objetivadas pelas próprias políticas sociais e/ou ações filantrópicas destinadas aos moradores de favelas em geral e, especialmente, aos seus segmentos mais jovens. À sua orientação claramente focalizada e compensatória é adicionada uma filosofia justificadora que penaliza a clientela, sempre pensada como potencialmente criminosa. Os programas passam a ser formulados e implementados em um viés repressivo/preventivo, como uma espécie de ampliação dos instrumentos de controle social, visando a afastar as categorias sociais "vulneráveis" ou "de

risco" das "tentações" da carreira criminal. Dessa maneira, cria-se algo como o "criminoso em potencial". Moraes (2005), analisando as políticas públicas para a juventude, chega a se referir à "policialização" das mesmas, aproximando-se dos trabalhos de Wacquant sobre o "Estado policial" (Wacquant, 2001a).

No mesmo passo, este pacote interpretativo orienta as práticas extra-oficiais dos policiais no tratamento dos moradores de favela e implicitamente delega a eles as decisões a respeito de quando, como e contra quem adotar medidas repressivas mais diretas e duras, liberando-os para ir além do uso da "força comedida" que é sua atribuição institucional (Brodeur, 2004). Assim, à letalidade dos próprios bandos de criminosos acrescenta-se a da ação policial. Neste caso, é desnecessário mencionar o enorme peso da cor da pele e da juventude na tipificação desses objetos preferenciais[5].

Essa construção das favelas como uma espécie de subcultura, inclusive pela ciência social, nada tem de recente (Valladares, 2005). O que parece novo é que agora não se trata de basear este entendimento, como antes, na desorganização social dessas localidades, mas de associá-las diretamente ao crime violento. Isso aprofunda e radicaliza o dualismo que marca a imagem da cidade, cujo melhor exemplo no jornalismo contemporâneo é Ventura (1994). Sua contraface são os "mitos" relativos à ausência do Estado nas favelas, que seriam dominadas por um poder paralelo constituído pelos bandos de traficantes, a partir dos quais se constrói a metáfora da guerra. É desnecessário notar que esta versão frouxa da idéia de "dualidade de poder" que foi utilizada em certas definições de momentos revolucionários desconhece as inúmeras evidências de presença dos aparelhos de Estado (tanto do Executivo quanto do Legislativo) e seus agentes nas favelas. Mais importante é sublinhar que a idéia de um "Estado dentro do Estado" depende em grande parte de duas operações cognitivas. De um lado, da transformação em conivência generalizada o que é a submissão dos moradores, pela força, às necessidades logísticas dos bandos de traficantes. De outro, do desconhecimento de que esta submissão forçada

[5] Jovens favelados são alvos do tráfico e da polícia, constituindo as principais vítimas e algozes do crime violento, como demonstraram Soares *et alii* (1996). Pesquisa da ONG Viva Rio revelou que, em 2001, 65% das mortes de rapazes de 15 a 19 anos no município do Rio de Janeiro foram provocadas por armas de fogo. As taxas de assassinatos por arma de fogo distribuem-se da seguinte maneira segundo a faixa etária: de 15 a 19 anos = 175,7/100.000 habitantes (a taxa das mulheres é 7,2); de 20 a 29 anos = 214,5 (mulheres, 8,1). O risco de um jovem ser assassinado é quatro vezes maior na faixa dos 15 aos 29 anos do que na média do conjunto dos moradores (Viva Rio, 2002). Cf. também Dowdney (2003) e Peralva (2000).

não altera a adesão à ordem institucional, que pode ser claramente percebida tanto nas descrições de ações efetivamente realizadas quanto nas referências a disposições e atitudes subjetivas[6].

3. Breve comentário sobre os pressupostos

Alguns pressupostos e escolhas metodológicas circunscrevem a perspectiva analítica adotada neste capítulo. A maciça evidência do caráter contexto-dependente das práticas e representações na modernidade tardia (que não contraria a "globalização") não favorece as grandes totalizações, sejam elas de natureza teórico-formal ou histórica. Parecem mais adequadas generalizações que permaneçam no limite da experiência vivida, enfatizando a contingência, a variedade e a inconsistência dos laços entre as diferentes situações e nas práticas dos atores.

Sem negar sua relevância nem pretender uma discussão pormenorizada, os autores consideram que boa parte do pensamento social brasileiro adota um paradigma de análise que problematiza as tendências de nosso desenvolvimento histórico a partir de uma leitura contrafactual prisioneira da "comunidade imaginada do povo-nação" (Anderson, 1983). Com efeito, o Brasil constituiu-se como parte do desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais sem, entretanto, conformar-se ao que corresponde à auto-imagem das repúblicas

[6] Um dos autores deste capítulo tem sugerido que, ao invés de um *confronto* de poderes nas favelas, há *contigüidade territorial* de duas ordens sociais implicadas em modos de coordenação das ações radicalmente distintos. Para elaborar este ponto, propõe a noção de "sociabilidade violenta" (Machado da Silva, 2004a, 2004b; 1995; 1994; cf. também o capítulo do autor neste livro), a partir da qual é sugerido que os bandos de traficantes vêm constituindo uma forma de vida autônoma, em cujo núcleo está um modo de coordenação das ações para o qual a força física (com os objetos que a ampliam) é a única referência. (De certa maneira, a noção se aproxima do conceito de "regime de violência" discutido por Boltanski [2000, esp. pp.105-118] e também mencionado em Boltanski e Thévenot [1991], embora não possa ser identificada com ele, na medida em que remete a uma forma de vida autônoma que não é compatível com a teoria desenvolvida por estes autores.) Assim, a força, de meio de obtenção de interesses, transforma-se em um princípio de coordenação. Portanto, é característica da "sociabilidade violenta" uma racionalidade estritamente instrumental, que praticamente suspende a alteridade e a produção de sentido intersubjetivo, mas não impede a coordenação das ações nem o prolongamento das relações ao longo do tempo. É claro que coordenação instrumental pura, sem produção de sentido, não existe. Logo, a "sociabilidade violenta" deve ser entendida como uma construção *típico-ideal*, considerada útil para compreender uma forma de vida historicamente constituída que se afasta menos desse constructo do que outras.

européias. A perspectiva que incorpora o Brasil à história do Ocidente de forma contrafactual tende a conduzir a uma análise das relações Estado-sociedade a partir do ângulo de sua ambigüidade, carência ou incompletude sociocultural e política. É pela inconsistência, pela falta ou pelo desvio que o Brasil se converte em caso particular de um tipo mais geral, e a auto-imagem européia em modelo ideal-normativo de compreensão. Uma alternativa a esta leitura contrafactual envolveria reconhecer e priorizar analiticamente o modo específico de constituição das diferentes formações sociais — no caso presente, a particularidade da experiência brasileira.

Gramsci (1976), pensando a ação política de classe, recupera sua dimensão histórica introduzindo uma distinção analítica importante entre as formações "ocidentais" e as "orientais", em que o Estado é "tudo" (referindo-se à centralização da sociedade política) e a sociedade civil, "gelatinosa". Mais recentemente, a literatura pós-colonial questionou a compreensão do Estado com base no que conformaria o modo específico de constituição e desenvolvimento dos Estados-nação europeus (centralização do poder, monopolização da violência, afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política, universalização da cidadania) que é tomado explícita ou implicitamente como modelo para outros países, outras culturas, outras temporalidades. Assim, por exemplo, Das e Poole (2004) apóiam-se em Foucault para sugerir uma antropologia política que explore as "margens do Estado".[7] Referem-se não a fronteiras geográficas, áreas em que o Estado ainda não teria penetrado completamente e que não regularia, ou o faria apenas parcialmente, mas a territórios, populações, práticas que são produzidos pela dinâmica do próprio Estado moderno. Desse ângulo, as "margens do Estado" deveriam ser vistas como variando segundo sua morfologia interna. Ou, como sustenta Asad (2004: 280), de acordo com "as diferentes maneiras de determinar pertencimento e inclusão, dentro e fora, a lei e a exceção". Assim, o funcionamento do Estado nas "margens" vincula-se, entre outros aspectos, aos critérios efetivos de cidadania e às diferentes modalidades de aplicação da lei em casos específicos, às relações estabelecidas no tempo e no espaço — portanto sempre datadas e situadas.

[7] "Desta perspectiva, a tarefa dos antropólogos é observar as instâncias do Estado tal como existem no nível local e, a partir daí, analisar essas manifestações locais da burocracia e da lei como interpretações ou apropriações, culturalmente informadas, das práticas e formas que constituem o Estado liberal moderno" (Das e Poole, 2004: 5-6, tradução dos autores).

— entre as instituições estatais e seus agentes com os diferentes segmentos da população que habita o território nacional, bem como à percepção destes acerca do funcionamento institucional.

A sugestão é interessante para a análise dos relatos disponíveis. Eles permitem entrever como os moradores de favela constroem seu entendimento da sociabilidade nas localidades de moradia, suas formas de lidar com os perigos e riscos que identificam, e as formas pelas quais analisam sua inserção institucional. É possível apreender essas relações como se desenhando com base em uma equação centro-periferia que não tem no espaço (físico e social) seu vetor exclusivo nem determinante — embora a constituição (geográfica e simbólica) dos territórios da cidade seja uma das dimensões. Da perspectiva sugerida, a polarização centro-periferia não é unívoca, pois se estabelece segundo fluxos e mediações diversas, situando e qualificando variavelmente o peso da regulação estatal em relação a diferentes territórios e populações. Deste ponto de vista, seria preciso reconhecer o caráter contexto-dependente das formas de coordenação das ações entre os diferentes atores, sem que isso implique negar a unidade de nossa integração social.

Especificamente no que diz respeito à questão da cidadania, estas considerações aproximam-se do que Lautier (1987: 87) denomina "cidadania de geometria variável" para indicar que é característico da sociedade brasileira (e de outros países) o "abandono do postulado que define a própria noção de cidadão: a univocidade da cidadania e, portanto, do conjunto de direitos-deveres, sobre um dado território nacional". Desnecessário dizer que a noção de geometria variável corresponde a uma cidadania que se modifica segundo hierarquias de poder tácitas, mas informalmente consolidadas, variáveis e sempre situadas (cuja contraface é a maior ou menor capacidade de regulação estatal). Ela admite que nem sempre a linguagem dos direitos é hegemônica e que, quando isso ocorre, o conceito prático de cidadania surge diferencialmente "indexado" às situações e aos problemas concretos. Em síntese, no plano analítico, a cidadania não deve ser um pressuposto unívoco e universal, como nas abordagens tradicionais, crítico-normativas e contrafactuais anteriormente mencionadas.

A análise desenvolvida neste capítulo tem como pressuposto que a "geometria variável" é constitutiva da singularidade de nossa formação social e o centro de nossa matriz cultural, secularmente falada e praticada. Esse modo de integração "fractal" entre Estado e sociedade no Brasil, se por um lado tem ga-

rantido a integridade nacional, por outro reproduz sem grandes comoções sociais uma brutal desigualdade social e política. Isto porque o conflito social — no plano dos interesses e no da legitimidade — se realiza entre atores que se constituem como sujeitos e se reconhecem mutuamente a partir das várias hierarquias de poder inerentes à cultura brasileira.

4. Violência policial e criminal nos relatos dos moradores

Esta seção analisa os enunciados dos moradores sobre a presença e atuação dos bandos de criminosos e das forças policiais nas favelas cariocas[8]. Examina separadamente as duas modalidades de violência abordadas nesses relatos. Em seguida, compara as diferenças no tratamento de ambas, analisando suas relações com as formas específicas de atuação dos agentes violentos nesses territórios e com os recursos disponíveis aos moradores para lidar com as mesmas.

Como mencionado anteriormente, todas as sessões dos coletivos de confiança foram iniciadas de forma propositalmente vaga, com a pergunta "Como é a vida nas favelas?". Mesmo assim, houve uma unânime e quase obsessiva concentração nas referências ao tópico da violência policial e criminal[9] — esta quase sempre relacionada ao comércio de drogas nas localidades. O que, aliás, constitui evidência clara do equívoco de identificar

[8] Esta seção apresenta apenas a análise dos relatos coletados durante as sessões dos "coletivos de confiança", até porque há congruência com o restante do material empírico. Também é necessário esclarecer que são incorporados apenas os relatos a respeito da violência policial e dos traficantes. Razões de tempo e espaço levaram à decisão de não incorporar a análise das referências (algumas favoráveis, outras contrárias) à submissão dos moradores pelas milícias, a despeito dos autores disporem de bastante informação sobre uma favela submetida a uma das milícias em operação atualmente (cf. a respeito o capítulo de Mesquita neste livro), cujo principal líder foi eleito, o que torna o caso estratégico para compreender a dinâmica dessa configuração. Vale ressaltar, entretanto, que: a) o que hoje é chamado de *milícia* não é um fenômeno novo, embora esteja significativamente transformado em relação às práticas e ao sentido originais; b) o desenho de pesquisa não foi pensado para incluir a possibilidade de analisar os confrontos tráfico-milícia que vêm se multiplicando no Rio de Janeiro.

[9] Evidentemente, há diferenças entre grupos específicos de moradores a respeito. Por exemplo, nos "coletivos de confiança" com dirigentes de organizações de base em favelas, os modos destes abordarem e/ou de evitarem o tópico da violência policial e criminal estavam fortemente vinculados às estratégias de apresentação de si (e às justificações correspondentes) para seus pares, para os pesquisadores e, através destes, "para fora" da favela, no contexto de criminalização e esvaziamento dessas organizações analisado adiante. Consultar a respeito o capítulo de Freire neste livro.

a recorrência de condutas violentas nas favelas com a banalização destas práticas pelos moradores.

Sempre ressaltando que a vida nessas localidades não pode ser reduzida à violência e ao tráfico de drogas — o que denota o esforço por separar as favelas da violência —, os moradores, indagados sobre como é viver em favelas, falaram de perigo, insegurança, medo:

"Viver na favela é viver em linha de risco direto, é você ser alvo voluntário, um alvo constante."

"[a] vida que a gente vive no cotidiano de violência, violência física, violência moral, violência em todos os sentidos."

"Você manda o garoto comprar o pão e fica pedindo a Deus para ele voltar em segurança. Ele só foi ali comprar um pão!"

"Se derem um tiro e você sair correndo e entrar num beco, está arriscado morrer de uma hora para outra. Porque hoje eles [os policiais] entram nas favelas pelos lugares já estratégicos, eles já ficam escondidos debaixo de uma árvore, dentro do mato..."

"Se o meu filho sair, ele vai voltar? Só tem 12 anos, fico preocupada. Nós, dentro da comunidade, já temos o conhecimento dos locais que são mais perigosos, eu tento fazer com que ele procure não passar por aqueles lugares."

"É profissão perigo. (...) A gente está sentindo que o cerco está apertando (...) Você entra, vê crianças com fuzil na mão, uma pistola... Para ir para minha igreja, para ir a outros locais na comunidade, eu tenho que passar pela 'boca' todo dia."

Os moradores não só reconhecem que as quadrilhas de traficantes fizeram das favelas um local de violência, como deles fazem questão de se separar, como indica o uso freqüente das categorias "nós" vs. "eles" (ou "o cara", "vagabundo", "marginal" etc.) e "lá" (na "boca-de-fumo") vs. "aqui" (a

"comunidade")[10]. E ressaltam a mudança do estatuto da violência nas favelas, devida ao tráfico de drogas, demarcando duas temporalidades e modos diversos de conduta dos criminosos.

"Um quer ter o direito do outro. [Os traficantes] (...) não querem saber se tem criança no meio da rua, não querem saber se tem um morador na rua, eles querem o quê? Tomar o território do outro. Antigamente era diferente, (...) esperavam cair a noite para poder fazer essas coisas, esperavam. Hoje em dia, o traficante senta na porta da pessoa, se droga na frente da pessoa sem ter aquele respeito. No meu tempo era proibido."

"Era proibido um menor ficar na boca-de-fumo, era proibido um traficante passar com arma perto de um morador."

"'Ô, menor, vai lá embaixo comprar uma quentinha para mim.' A criança está passando (...) é obrigada a ir porque o cara está com uma arma. 'Não, mas eu não posso ir porque eu vou à escola.' 'Não, dá tempo de você ir lá.' (...) a criança vai. Aí vai hoje por um real, amanhã a criança vai por cinco reais, depois por dez, vinte, trinta... Um fogueteiro lá, de dez anos, ganha trezentos reais por semana, só para ficar tomando conta do policial que está entrando lá embaixo. Solta fogos, trezentos reais!"

"Não era comum matar um morador (...), era muito difícil, quase impossível. (...) hoje em dia por qualquer coisa (...) eles matam (...). Eu ainda

[10] Tem sido equivocadamente atribuído aos moradores o uso genérico da categoria nativa "meninos" para designar os traficantes. Nos relatos em análise, ao contrário, o uso desta expressão por moradores comuns via de regra restringiu-se aos traficantes "crias do morro", i.e. que cresceram na localidade, foram vizinhos, amigos, são parentes. A operação discursiva evocava relações construídas no passado — mesmo se rompidas no presente —, promovendo uma certa "re-moralização" dos mesmos, que permitia incluí-los na "comunidade" (ver os depoimentos já apresentados) e diferenciá-los dos "menores suicidas"/"juventude Bin Laden" — categorias reservadas aos traficantes "de fora" e relativas às suas explosões de força na localidade. Deve-se considerar que, de um lado, esta "re-moralização" algumas vezes traduzia uma tentativa de compatibilização de dois registros de "limpeza simbólica" "para fora" das favelas: um, envolvendo a discriminação entre moradores e criminosos; outro, através da distinção entre traficantes "crias" vs. "de fora". De outro lado, deve-se considerar também o efeito prático pretendido "para dentro" das favelas: a tentativa de interpelar os traficantes a partir desse quadro de referência e a expectativa — nem sempre correspondida — de que os mesmos demonstrassem algum "respeito" pelos moradores, restringindo suas demonstrações de força. Sobre o tema, cf. o capítulo de Leite neste livro.

peguei uma parte da 'velha guarda' do tráfico (...) a gente não via arma, quando falavam assim: 'tem alguém morto', o morro inteiro descia para ver porque não era simples matar uma pessoa."

"Se reclamar [o morador] é punido. (...) já não é mais a mesma coisa porque hoje em dia quem está no tráfico é a meninada. Antigamente as pessoas eram de mais idade, mais responsabilidade..."

"As pessoas sabiam que [eles] eram traficantes, eles também sabiam o papel deles, respeitavam o lugar em que moravam e até acolhiam [sic] aquele lugar para não ser invadido. Agora não, esses jovens (...) não têm medo de nada, são muito mais abusados..."

"Parece que eles ficam bolando que tipo de crueldade (...) vão fazer. (...) primeiro era assalto (...) agora é 'microondas' [inserir a pessoa em pneus de caminhão embebidos em gasolina e atear fogo] (...) para mostrar: 'olha só, aquela facção é terrível!' Eles estão mais ousados, com mais requintes de crueldade por eles serem mais jovens. (...) vão respeitar o morador com quem não têm ligação nenhuma, não cresceram? Não respeitam mesmo! (...) são menores suicidas."

Por outro lado, a polícia é repetidamente responsabilizada pelos perigos e pela insegurança que vivenciam em seu cotidiano. Os moradores são muito críticos às freqüentes incursões, acusando os policiais de não cuidarem da proteção dos habitantes e agirem com a mesma falta de respeito dos traficantes que não são da "velha guarda":

"O fato de ser comunidade de baixa renda, ou melhor, favela. Entram de forma violenta, sempre entraram, entraram com violência sempre... Ouço os meninos que estão desempregados, que ficam perambulando pelos becos. Eles [policiais] dizem: 'Estão vadiando.' Dão uns tapas em todo mundo."

"[Os policiais] pegaram um cara atrás da minha casa e simplesmente invadiram a minha casa. Minha casa foi arrombada. (...) porque pegaram alguém atrás. (...) devem ter pensado que todas as casas ali eram suspeitas, ali na área. Eles não respeitam, não!"

Afirmam que apresentar suas queixas sobre a atuação da polícia para quem não mora nas favelas é com freqüência um monólogo, pois suas críticas dificilmente obtêm repercussão na opinião pública, e ainda mais remota é a possibilidade de provocar a adoção de medidas efetivas das autoridades para controlar o excesso de violência que seus agentes empregam. No máximo as reclamações se transformam em uma conversa — perigosa, diga-se de passagem, embora não tanto quanto queixar-se dos traficantes — com outros moradores, que compartilham a mesma mistura de indignação e sentimento de impotência e desamparo diante da violência policial.

"(...) eles [os policiais] sabem que a maioria das pessoas (...) é leiga. Não tem de fato um esclarecimento de quais são os direitos dela, de quais os direitos da PM, da civil... Então eles já se prevalecem disso."

"(...) o mesmo policial (...) está dentro da zona sul. A diferença é que dentro da comunidade (....) que não tem como se virar contra ele... Mas lá na zona sul (...) são pessoas que são da elite."

A possibilidade de dar publicidade a estas críticas parece depender basicamente de um agente mediador capaz de ouvir a indignação e a revolta moral e convertê-la em demanda política, acionando a linguagem dos direitos. Este lugar no passado foi ocupado pelas associações de moradores (Machado da Silva, 1967). Hoje em dia, entretanto, elas estão esvaziadas e criminalizadas, em boa parte porque a mídia e o poder público consideram que quase todas estão controladas pelos bandos de traficantes (Machado da Silva e Leite, 2004). O papel de mediador entre o "asfalto" (mais especificamente as agências governamentais) e as favelas tem sido desempenhado por algumas figuras públicas, mas em especial pelas ONGs, tanto ao estabelecerem uma ponte direta com órgãos governamentais quanto por meio dos "projetos sociais" que patrocinam, autônomos ou em "parceria" com agências do governo ou organizações internacionais. Mas raramente estes intermediários "externos" atuam no campo das denúncias sobre violência policial. Nesse caso, as atividades de mediação têm sido desempenhadas pelas organizações de direitos humanos e comissões legislativas de defesa destes direitos, assim possibilitando que alguns moradores se organizem e mobilizem o repertório da cidadania em busca de justiça e reparação (cf. capítulo de Freire neste livro; Farias, 2005; Leite, 2004). Mas deve-se notar que é significativa a des-

crença dos moradores quanto à possibilidade de averiguação dessas denúncias e de punição dos agentes envolvidos através do recurso às instituições estatais:

"Imagina a gente (...) denunciando a PM que sabe onde você mora. Eles vão e te matam. Matam você e sua família toda (...)"

"A polícia dá um tiro na comunidade (...) agora, em quem vai pegar? Morre muita gente em comunidades e ninguém fala. Cadê os 'direitos humanos'?" [O morador refere-se à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, não aos direitos em abstrato.]

Na ausência de uma tradução institucional e sem repercussão pública, ou seja, quando não dispõe de operadores alternativos capazes de se fazerem ouvir no debate público em torno da justiça social, a indignação dos moradores, em casos de incursões policiais que resultam em mortes, afetando o próprio direito à vida, tem motivado, como se sabe, alguns "quebra-quebras" em vias públicas[11].

Ao falarem da violência e dos riscos que vivenciam em seu cotidiano, os moradores de favelas também mencionam seu isolamento e o desinteresse do restante da população da cidade pelo que acontece em sua localidade: a invisibilidade nas arenas políticas das violações a seus direitos humanos, a permanente insegurança em que vivem.

"Quando mataram aquela menina do metrô (...) teve aquela publicidade: a Gabriela. Não discuto isso, mas quando se mata na favela assim, o Silva, o Souza (...) [referência a quatro jovens mortos por policiais na 'chacina do Borel']: 'Meu filho, você está fadado a morrer mesmo aqui. Você pode morrer que não tem problema. Foi condenado já.'"

"Morreu (...) um adolescente na Cidade de Deus e cadê a mídia em cima? Não dá atenção para a família; ninguém dá assistência nem nada. (...) quando foi a garota do metrô, a governadora [Rosinha Garotinho, na época

[11] Sobre o tema da indignação e da revolta em situações percebidas como de "injustiça", cf. Leite (2004) e Barrington Moore Jr. (1987). Note-se que o recurso aos mediadores e os quebra-quebras são apenas formas coletivas de reação (menos comuns, poder-se-ia acrescentar) à violência nas favelas. Soluções privadas, no nível de decisões familiares, como mudar-se para outras favelas onde não haja "matadores", retornar ao estado de origem se migrante etc., são recorrentes.

da sessão deste coletivo de confiança] foi lá, deu atenção, foi pessoalmente. Aconteceu com aqueles quatro no Borel (...) A governadora não deu atenção para nenhuma das quatro famílias."

Mas as queixas não são formuladas apenas quando o que está em tela é a violência policial. Abarcam também a insegurança produzida pela presença e atuação da criminalidade violenta nas favelas. O depoimento de uma moradora, embora longo, é ilustrativo a respeito:

"Desde pequena eu ouvia que o [nome de favela em referência à facção rival aos traficantes locais] ia invadir (...) Aí, foi aquele estouro (...) Muito tiro, assim tenebrosos, eu nunca vi coisa igual (...) 'É o [nome da favela da facção rival], é o [idem]!' (...) Eles quebrando vidros de carros, arrombando portas, tudo a gente ouvindo... Eles se comunicando, mandando uns se identificarem que eles não conheciam: 'Se identifica! se identifica!' (...) A gente ouvindo eles arrombando (...) Chegaram na minha casa (...), mandaram abrir. A gente com medo. 'Se não abrir, vou jogar uma bomba!' Meu pai (...) abriu, (...) já tinham tomado a favela, eles estavam procurando algum bandido (...) alguma coisa... Só que, na nossa cabeça, era (...) para matar a gente (...). No dia seguinte, foi a pior situação. Foi o pior dia, ninguém foi trabalhar, ninguém foi estudar (...) Nessa época, foi um período de grande denúncia da televisão em relação à violência no Rio de Janeiro (...). Mas a minha maior indagação foi que esse episódio, que foi uma coisa assim explosiva pra gente, não teve uma repercussão que tem nesses episódios quando envolve a classe média, quando envolve o asfalto. Eu achei que ia explodir nos jornais... O nosso sofrimento (...) não apareceu no jornal. Isso para mim foi assim (...) impactante..."

Vale um comentário adicional sobre este trecho. Ao formulá-lo no coletivo de confiança, a moradora em questão demonstrou profunda indignação, mas também impotência e desamparo. Ninguém da favela interveio; todos se submeteram ao medo e permaneceram inativos. A moradora nem sequer aventou a possibilidade de reação da população local não envolvida no confronto; ela apenas mencionou que o mesmo não repercutiu na mídia (o que, implicitamente, significa dizer que não despertou o interesse das autoridades públicas, ou dos mediadores indicados ou da opinião pública em geral). Tampouco os demais participantes do coletivo de confiança cogitaram da possibilidade de alguma iniciativa no sentido

de apresentar nas arenas políticas a demanda por segurança, e, assim — como se argumentará adiante —, demonstraram que a moradora citada expressava os sentimentos do conjunto dos favelados. No relato dela, esses sentimentos estão associados, de um lado, ao reconhecimento do isolamento das favelas na cidade e de sua contrapartida, a necessidade de se submeterem à violência criminal, única forma viável de compartilhar o mesmo território com os bandos de traficantes.

Tudo isso faz retornar, agora em seus efeitos práticos, o "mito" da conivência: os moradores criticam a atuação da polícia, denunciam a omissão do poder público e a violência do Estado. Isso significa que, entre os policiais e os traficantes, eles escolhem estes últimos? Confrontados em inúmeras situações com esta opção pelas perguntas, diretas ou implícitas, de quem não mora nas favelas, os moradores se sentem compelidos a antecipar uma resposta, dirigindo-se sem dúvida aos pesquisadores:

"Não é que a gente goste dos traficantes, mas a gente não confia na polícia."

"A comunidade, ela não vê o policial: o Ari, o José ou o Luiz. Ela vê a corporação, a aversão existe na comunidade, aversão ao policial."

"Mas a polícia (...) se eles estão com uma determinada desconfiança de um certo cidadão, de uma certa pessoa, eles não vão primeiro perguntar quem é, entende? (...) A questão é essa... Então é disso aí que eu tenho medo. Então, para mim, tanto os marginais quanto os policiais na minha comunidade têm o mesmo, eu os vejo na mesma condição, entendeu?"

Estas falas fazem parte do repertório de queixas dos moradores em relação à atuação da polícia. Muitas vezes repetidas, a própria reiteração revela com simplicidade brutal seu diagnóstico do lugar que ocupam na representação da cidade e na sociedade em que vivem: não podem confiar em uma política de segurança que não os contempla, em agentes do Estado que neles não reconhecem a dignidade indissociável da cidadania, não consideram nem protegem sua vida e seus direitos e cuja presença no território se faz sempre contra a integridade física dos moradores em geral. Esta "aversão" aos procedimentos típicos da atuação institucional da polícia e à conduta de seus agentes tem sido entendida como "conivência" com o crime violento, no quadro do pacote interpretativo constituído pelos "mitos" comentados em seção anterior. Entretanto,

os trechos citados indicam que os moradores não rejeitam a polícia como instituição nem recusam (pois sequer tematizam) a necessidade de controle do crime e manutenção da ordem pública. As queixas incidem sobre sua atuação segundo um padrão de conduta indiscriminado e belicoso que excede em muito a atribuição legal do emprego de "força comedida".

"Estão chegando nas comunidades e matando não sei quantos... Por quê? (...) Quer prender? Investiga. Porque eles conseguem descobrir até a cor da calcinha que alguém está usando quando querem. Hoje a polícia chega com aqueles 'caveirões' (...), acho que aquilo é para a mídia, para dizer que está trabalhando, entendeu? Se de fato quisesse trabalhar, a linha de investigação é melhor. Você pega vagabundo dormindo e não é difícil, não."

"Eles não estão ali para promover a proteção dos moradores e estão causando mais violência..."

"A mulher apanhava direto do marido (...). Um dia não agüentou, foi na cabine [da PM, na entrada da favela]: — 'Meu marido (...) está bêbado, me bate, bate nas crianças.' (...) [o policial:] — 'Eu não vou lá, não, para tirar ele, está quebrando tudo, é a casa dele mesmo.' Ela (...) foi lá no tráfico: — 'Acontece isso com meu marido.' O cara mandou falarem com ele. Deram uma coça no marido dela: — 'Não quero você mais no morro.' Ela está tendo sossego... Então, onde você não tem um órgão competente para resolver os problemas, o tráfico controla as favelas."

Para os moradores, a ineficácia da atuação policial nas favelas, porém, não decorre estritamente de desinteresse, de preconceito em relação aos favelados, ou de medo dos traficantes. As denúncias à corrupção dos policiais são recorrentes e fundamentam parte da desconfiança já mencionada. Os moradores apontam as práticas policiais de negociação, acordo e/ou extorsão dos traficantes como uma das principais razões pelas quais o crime violento domina suas localidades[12], desqualificando os argumentos do aparato de segurança quanto à "guerra" que deve ser travada nesses territórios, os quais, por sinal, são susten-

[12] Cf. Misse (1999; 1997) para as relações entre violência, "mercadorias políticas" e "economia da corrupção".

tados e corroborados pela representação construída a partir dos "mitos" que compõem o pacote interpretativo antes analisado.

"A mineirada é trabalho que eles fazem, não-oficial. Junta um grupo de policiais bandidos, oito, cinco, e vai assaltar 'boca-de-fumo'. Toma desse cara e vende para o outro cara ali na frente."

"Os policiais seqüestram o traficante e daí pedem resgate."

"É uma situação cômica: você tem posto policial, tem PM aqui e os caras estão na próxima esquina, vendendo drogas ali."

"Aonde eu moro, a polícia se vende. (...) Tem duas ruas (...) [os traficantes] botavam a 'boca' numa rua e a polícia subia pela outra (...) recebia para subir pela outra. Quer dizer, eles faziam o trabalho deles, que é rondar a favela, mas eles subiam pela rua que não tinha 'boca' e a 'boca' se mantinha na outra. (...) passavam [na outra] quando iam buscar o dinheiro deles."

"A polícia é malandra, a polícia é malandra. O negócio é assim: quando eles vão chegar, eles dão o primeiro tiro para o vagabundo poder correr e deixar o dinheiro lá na lata do lixo. Aí, eles vão procurar lá no lixo."

"A polícia aqui, a 'boca' aqui (...) [os traficantes:] — 'Leva uma cerveja para os caras lá embaixo.' — 'Aí, as cervejas que os caras mandaram para vocês.' [Os policiais] sentaram aqui rindo, olhando as mulheres, rindo, entendeu? E os vagabundos aqui, que tal? É uma convivência. Aí, no outro dia, já tem aquela turma [de policiais] que não 'fecha', aí vem o tiroteio e tal."

"(...) o tráfico hoje infelizmente tomou conta das comunidades. Mas ele tomou conta, também, porque você tem o abandono do poder público."

Mas há ainda um outro sentido das críticas à polícia também recorrente nos depoimentos dos moradores.

"[O policial] não conhece ninguém, não quer saber em que casa ele vai entrar. Não quer saber de nada, porque ele não tem vínculo com ninguém.

Atira pra qualquer lado, não quer saber. (...) Meu filho não morreu por Deus! Eles entraram, um rapaz desceu correndo (...) O beco onde eu moro é estreitinho, tem uma saída pequenininha. Eles entraram da ponta do beco, atirando. A bala passou a um palmo da cabeça do meu filho. Meu filho tinha dois anos na época. Eu, na hora, eu não sei nem o que eu pensei. Só escutei o barulho e gritei. Porque a polícia não quer saber em quem ele vai atirar, se ele vai atingir o bandido, se ele vai atingir trabalhador... Não quer saber, está atirando."

"Eles acham que todos nós somos traficantes, que somos coniventes."

"(...) eles não entendem que a pessoa mora na favela, mas que a favela não mora dentro dela!"

"Os policiais não respeitam os moradores (...) Já chegam atirando, confundem os trabalhadores com os marginais. O portão de entrada da minha casa eles arrombaram..."

Há diferenças entre os aspectos abordados nesse conjunto de denúncias do caráter indiscriminado da atuação dos policiais nas favelas e da insegurança gerada por sua conduta, a respeito da qual os moradores não identificam recursos para se contrapor. Não obstante essa variedade, elas demonstram que o *ethos* policial incorporou a versão atualizada das idéias sobre as "classes perigosas" mencionada no início deste capítulo. É a percepção deste fato — tematizada e expressa de diferentes maneiras — que fundamenta as críticas e a desconfiança dos moradores em relação à polícia, que se estendem ao conjunto da população urbana não-favelada, na medida em que nesta não identificam empatia e solidariedade para combater a arbitrariedade policial, nem o reconhecimento dos perigos e insegurança que os traficantes trazem a seus locais de moradia.

"A polícia andando na rua eu aceito. A polícia na comunidade eu não aceito. Por quê? Porque lá no bairro eles dão segurança (...) A polícia dentro da favela, ela é um lixo, e a polícia fora da favela também é um lixo?"

"Eles [os traficantes] agora, eles não têm respeito pela comunidade, entendeu? Lá na [nome da favela], não têm. Porque sete horas da manhã [eu

frente a uma escola pública], as crianças formando para entrar (...) eles, simplesmente porque acharam que um ia invadir o território do outro, trocaram tiro ali. Feriram o senhor que estava vendendo balas na porta da escola, feriram três crianças. Não tinha polícia. Não tinha polícia!"

"Eu quero justamente que o meu filho cresça, tenha um bom emprego, consiga ter uma vida diferente da que ele tem agora, consiga ter paz. Deitar na sua cama e levantar em paz — entre aspas, claro —, mas ter segurança, um pouco mais de segurança."

"(...) o medo inibe também, inibe. As pessoas se sentem traídas, eu quero contar com alguém. Mas será que eu posso contar com ele? Puxa, eu vou à delegacia, vou lá falar com o delegado, mas será que vai adiantar? (...) inclusive [os policiais] já conhecem a minha história, já conhecem a minha família e eu vou ser uma vítima [de represália]..."

"Para toda área do Rio de Janeiro, de asfalto, existe o 'plano de segurança'. Para as favelas (...) existe repressão.(...) Então quando a gente diz assim: 'a polícia...' (...) Como a gente vê a polícia? (...) Ela está a serviço de quem? Ela está a nosso serviço? Ela está para garantir a nossa segurança? Como ela nos vê? Como é que o poder público é assim, esse modelo que nós temos aí, de atuação nas comunidades, isso tudo? Isso aí já vem de muitos, isso aí não muda. Isso aí não muda! Isso aí não muda?"

É significativo que entre os 150 moradores de favelas ouvidos nas pesquisas, apenas uma moradora tenha relatado uma experiência positiva com a polícia, um caso em que a polícia garantiu a segurança. Atuação que mereceu não só a sua aprovação, como a levou a intervir no debate do "coletivo de confiança" discriminando esta modalidade de atuação policial na favela (uma "situação diferente") das práticas correntes e, assim, relativizando as críticas à corporação policial.

"Eu queria interferir nessa coisa que está no nosso imaginário, que realmente a polícia é pior que bandido. Desde que eu era pequena, quando eu via o camburão subindo, me dava um medo... Só lembrava do conselho de meu pai: 'Quando vir polícia não saia correndo! Vá devagar para casa!' A minha vontade era sair correndo e me enfiar em casa. (...) Só que vou contar uma

situação diferente. (...) no nosso imaginário (...) os 'meninos' são (...) os nossos guardiões. (...) [eles] falam muito isso: '(...) enquanto eu tiver aqui, não haverá invasão [de facção rival]'. (...) Nosso temor maior sempre foi o [nome da favela em referência à facção de traficantes que a dominava]. (...) no caso da invasão, (...) os 'meninos' da favela foram embora. Só que, naquela ocasião, quem garantiu a nossa segurança foi a polícia, sim! (...) muitas pessoas (...) foram para a casa de algum parente e resolveram retornar caso a polícia estivesse lá. Neste momento, a polícia foi, sim, segurança, eu lembro bem disso, a minha família foi para a casa de minha tia porque a gente estava com medo dos bandidos voltarem. E a gente só voltou quando a polícia estabeleceu um ponto lá. Isso eu quero frisar, que é para não deixar dizerem que a polícia é bandido."

Como se pode observar no conjunto dos relatos citados, as queixas em relação ao contexto de insegurança vivido nas favelas são dirigidas tanto à atuação policial como ao crime violento. Em relação a este, os moradores ressaltam sempre a disparidade de forças e os riscos envolvidos — que não lhes permitem confrontá-los abertamente — e os ônus de terem de compartilhar o mesmo território. Entretanto, se a violência policial foi tratada de uma forma relativamente unívoca pelo conjunto da população favelada, outra é a situação quando os agentes questionados são os traficantes. Deve-se enfatizar que as reclamações sobre a conduta dos policiais devem ser controladas e limitadas, de modo que não há uma comunicação livre, para além do fato de que, como ficou demonstrado, é muito reduzida a expectativa de que providências efetivas venham a ser tomadas a respeito. Mas essas restrições são compreendidas como fruto do isolamento e da segregação associados a um dos "mitos" que compõem a representação dominante sobre o perigo representado pelas favelas, a conivência com os traficantes. Além disso, a presença dos policiais nas favelas parece estar menos enraizada na vida local do que o crime violento, como se verá a seguir, o que permite um certo espaço, mesmo limitado, para criticar o comportamento dos policiais. Os traficantes, ao contrário, compartilham o mesmo território e, de uma forma ou de outra, acabam tendo capacidade de um controle muito mais personalizado sobre o que é veiculado. Desta forma, o medo de falar abertamente, o receio sobre os usos que os outros moradores podem dar ao que cada um diz e a possibilidade de serem definidos como alcagüetes se denunciarem publicamente os traficantes têm outras conseqüências. Como disse um morador:

"(...) conivente? A partir do momento em que ele mora do meu lado e a polícia me pergunta se eu conheço, eu digo que não. (...) É uma questão de sobrevivência."

"[O] secretário de segurança diz que não existe poder paralelo, que a polícia está ali para combater, vai fazer, acontecer. Mas, por debaixo do pano, vão e: 'Cara, olha, a gente vai entrar.' Favela-Bairro ou alguma coisa: 'Tem que ser assim, senão não entra' (...). Então é uma loucura, como é que a gente que está lá dentro — se o próprio poder público é refém do tráfico — vai correr? Você vai para onde? Como ela falou: 'Você vai para a delegacia?' Não vai..."

Tudo isso trunca a comunicação e leva os moradores ao silêncio,[13] mas a natureza e a extensão deste são variáveis, assim como variáveis são as formas de lidar com as condutas violentas. Só quando podem falar com confiança a interlocutores conhecidos e em segurança (fora das favelas ou sob circunstâncias muito especiais) o tema afinal emerge, ainda que fragmentariamente, mas revelando que a vida cotidiana nas favelas é profundamente afetada por essa modalidade de violência. Recolhemos, assim, vários relatos de experiências de submissão, humilhação, expulsão das casas, expropriação de bens, espancamentos, assassinatos, assédio e abuso sexual (Leite e Machado da Silva, 2007; e o capítulo de Fridman neste livro). Neles, os moradores referem-se e denunciam um poder arbitrário e quase ilimitado em relação ao qual não dispõem de recursos para se contrapor, apesar do intenso mal-estar que provoca.

"O sujeito com um fuzil na porta da tua casa, por exemplo, você não pode falar nada. Um baseado, você não pode falar nada."

[13] Como disse uma moradora: "a gente só está conversando [nos coletivos de confiança] porque [sabe que] ninguém vai ser identificado". Apesar disso, outro morador cortou repentinamente o relato das condutas violentas de membros do bando de traficantes que atua na favela onde mora para manifestar um temor generalizado e difuso: "os traficantes sabem tudo que eu faço". Este receio indeterminado talvez se relacione com o que outros moradores identificaram como "neurose" ou "nóia" [paranóia], que parece traduzir em linguagem psi, ao mesmo tempo, uma reação individual e defensiva à extensão da submissão imposta pelos traficantes e um certo reconhecimento de que ela pode ser um tanto exagerada. Cf. o capítulo de Farias neste livro e Mattos (2005). Notar que esta reação defensiva se manifestou inclusive entre moradores da favela em que não havia, no momento do trabalho de campo, "bocas-de-fumo". Ver, a respeito, o capítulo de Rocha neste livro.

"Lá ninguém pode usar vermelho (...) Eu vi: ele fez a menina tirar a blusa (...), ficou de sutiã."

"O 3 se transformou em 2 + 1 ou 1 + 2. Lá na [nome da favela], o rapaz estava falando isso (...) porque 3 significa Terceiro Comando. Eles são do Comando Vermelho agora. Eram do Terceiro. É a repressão, é o regime talibã de que falei. É horrível!"

Mas, além disso, frisam que o registro de suas queixas por segurança é outro. Como demandar de "bandidos" respeito a seus direitos, à sua integridade pessoal?

"...o tráfico (...) é violento. Mas por que a gente sempre fala da PM? Porque o traficante a gente sabe: é o bandido, está à margem da lei. A gente pode esperar o quê dele? Só isso mesmo."

Deve-se ressaltar que para os moradores de favelas, o silêncio e a obediência face à violência do tráfico constituem as respostas possíveis à opressão dos traficantes[14], diante do que vivenciam como isolamento e desamparo. Neste cálculo, expressam um certo reconhecimento da operação da "geometria variável" em relação às favelas e seus habitantes, como indica o diálogo abaixo:

Morador 1: "O tráfico, gente, é realmente o poder paralelo, eles são o poder, então eles têm as regras deles. A gente não é cidadão para o tráfico, a gente é cidadão para o governo, para a sociedade. Para o tráfico, a gente é subordinado."

[14] Certamente, os moradores conversam e comunicam suas queixas. As referências desaprovadoras a muitos aspectos das condutas dos traficantes são constantes. No entanto, há sempre extrema cautela em só fazê-las privadamente, tomando os maiores cuidados para garantir que apenas pessoas de reconhecida confiança estejam presentes e que o ambiente seja favorável a confidências. Desse modo, fatos, situações e pessoas são mencionados, mas o segredo é requerido e sua inevitável circulação como "fofoca" é temida. (Fofocas podem fazer vítimas, dependendo de quem e como as usa; nas circunstâncias da vida nas favelas isso pode significar a morte.) Neste sentido, as reclamações, em particular as que se referem à violência dos traficantes — pois, como se verá, a opressão da polícia é mais distante —, têm limitada possibilidade de se estruturar como crítica orgânica e compartilhada, capaz de articular uma ação coletiva consistente nas arenas políticas. Este é mais um fator de deslegitimação e enfraquecimento das organizações de base e das poucas reivindicações que elas conseguem conduzir.

Morador 2: "Entre aspas, porque a gente não é cidadão para nenhum dos dois. Porque ontem meu irmão levou uma cacetada na cabeça, da polícia."

Sem dúvida, silêncio e obediência são respostas adequadas diante do risco de morte e da inexistência (ou extrema precariedade) de soluções institucionais — mas, ao mesmo tempo, renovam as dificuldades enfrentadas. Aqui, é interessante chamar a atenção para o fato de que o silêncio (e, mais geralmente, as distintas formas de omissão, as quais não devem ser entendidas como passividade ou desinteresse) constitui dispositivos de defesa (cf. nota 7). Entretanto, traduzido na chave de leitura da "conivência", estimula a violência policial indiscriminada; aprofunda o isolamento dos moradores, quebrando a confiança associada à sociabilidade local[15]; reforça os estereótipos da população não-moradora; e fornece justificativas para a criminalização de seus protestos e das ações coletivas, dificultando e mesmo impedindo a participação dos favelados nas arenas políticas como atores moralmente qualificados. Tudo isso, evidentemente, reforça o que poderia ser chamado de uma "lei do silêncio" branca, implícita, imposta pelos traficantes de drogas nesses locais[16]. Assim, fecha-se um círculo de ferro, na medida em que estes obstáculos contribuem decisivamente para que silêncio e omissão reapareçam como dispositivos de defesa da população local, formas de ajustamento dos moradores aos dilemas postos pela atual configuração da violência policial e criminal com vistas a prosseguir em suas atividades regulares.

Vale aqui um comentário sobre as diferenças entre os agentes da violência nas favelas. Como foi sugerido, os moradores não dispõem das mesmas alternativas quando se trata da violência policial. No caso desta, silêncio e omissão não têm utilidade como recursos defensivos. Nem são impostos explícita ou implicitamente pelos policiais, os quais sabem que estão lidando com uma população segregada e estigmatizada, de modo que não se esforçam por garantir a clandestinidade de sua atuação. Além do mais, só muito raramente eles

[15] Os autores consideram a hipótese de que esteja em curso, em certas favelas cariocas, uma erosão do "sentido de lugar", como sugere Wacquant (2001b) em sua análise de territórios estigmatizados e isolados em diferentes contextos nacionais.

[16] Inúmeros trabalhos abordam, sob diferentes ângulos, este ponto. Cf., por exemplo, Leite (2008a; 2005); Machado da Silva, Leite e Fridman (2005); Machado da Silva e Rivero (2005); Machado da Silva (2004); Machado da Silva e Leite (2004); Zaluar (2004; 1998; 1985); e os artigos reunidos em Zaluar e Alvito (1998). Cf. também os capítulos de Farias, Fridman, Leite e Rocha neste livro.

têm algum interesse na vida local: constituem um poder que interfere de fora, através das famosas "operações", sobre as quais a população moradora não tem qualquer ingerência, e/ou das várias formas de contato com os traficantes. Neste sentido, para os moradores comuns a violência policial é inapelável, incontrolável e imprevisível. É evidente que a relação polícia–morador é territorializada (como indicado em alguns trechos já citados dos relatos, a atitude dos policiais nas favelas não é a mesma da adotada fora delas). No entanto, do ponto de vista dos moradores comuns, a territorialização é espasmódica e intermitente — e esse distanciamento torna incontroláveis as condutas dos policiais. Em outras palavras, a presença destes atores nas favelas é um elemento do cotidiano; mas quando, onde e como sua atuação interferirá na vida dos moradores comuns é imprevisível.

"É mais fácil você conseguir o respeito de um bandido do que respeito da polícia."

"Porque a polícia para a gente, pelo menos para mim, ainda é pior que o traficante. (...) eu acho que com o traficante ainda eu posso, como é que é?, argumentar, negociar..."

(Pergunta do pesquisador): — "...ele falou 'não dá para generalizar', o que pode generalizar e o que não pode? (...) Ela disse: — 'A atuação da polícia na favela você pode generalizar'. É verdade? (Resposta do morador): — "Pode, sim, em toda comunidade violenta é o mesmo: a polícia cada vez que entra no morro é para matar."

Há diferenças significativas no que diz respeito à atuação dos traficantes: para estes o domínio territorial é de grande importância "logística", de modo que sua dominação precisa ser exercida de modo muito mais estrito, permanente e regular. Se, por um lado, isso implica maior opressão e controle das atividades dos moradores comuns (a "lei do silêncio", por exemplo), por outro também significa uma certa aproximação que as diferenças nas disposições subjetivas e as barreiras morais não podem evitar.[17] Neste sentido, a proximi-

[17] Esta contigüidade territorial entre traficantes e moradores comuns nas favelas tem requerido, da parte destes últimos, um diuturno trabalho de "limpeza simbólica": as fronteiras morais que os separam — ou seja, a desaprovação da forma de vida dos traficantes — precisam ser

dade forçada abre certo espaço, ainda que limitado, para algumas tentativas de controle ou redução dos efeitos da violência dos traficantes (quase sempre no quadro de interações face a face). Com isso, surge a possibilidade de diminuir a imprevisibilidade da atuação dos traficantes por intermédio de um cálculo dos riscos derivados da presença forçada deles no mesmo território em que vivem os moradores comuns.[18] A complexidade desses encontros forçados é enorme; sem a pretensão de esgotá-la, vários dos capítulos seguintes a abordam. Aqui, basta acrescentar que certos tipos sociais, por seu estatuto simbólico — mães e líderes religiosos (em particular evangélicos[19]), por exemplo —, dispõem de melhores condições de manipular as relações com os traficantes, muitas vezes utilizando essas "imunidades", mesmo precárias, como recurso de contrapoder.[20] Se bem-sucedido, este pode bloquear pontualmente as explosões de violência características de grande parte das condutas dos traficantes, introduzindo não propriamente uma dimensão de confiança nesses contatos, mas pelo menos alguma previsibilidade sobre o curso das ações.

---

recorrentemente reafirmadas. Esta necessidade é mais forte nas relações com não-moradores e com organizações "de fora", mas também está presente entre os próprios moradores. Não há espaço neste capítulo para um tratamento sistemático dessa questão; mas há evidência de que é um problema angustiante para os moradores, especialmente os que têm parentes e/ou amigos envolvidos nas ações violentas relacionadas ao comércio de drogas.

[18] Para Giddens (1991: 40), "perigo e risco estão intimamente relacionados, mas não são a mesma coisa. A diferença não reside em se um indivíduo pesa ou não conscientemente as alternativas ao contemplar ou assumir uma linha de ação específica. O que o risco pressupõe é precisamente o perigo (não necessariamente a consciência do perigo). Uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo, onde o perigo é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados. Qualquer um que assuma um 'risco calculado' está consciente da ameaça ou ameaças que uma linha de ação específica pode pôr em jogo". Cf. também a discussão sobre "o retorno da incerteza" em Beck (1997: 19-24).

[19] A elaboração de uma identidade religiosa evangélica, que unifique crenças, valores e práticas pertinentes a esta filiação, tornou-se nos últimos anos uma das principais modalidades de "limpeza simbólica" nas favelas, permitindo que evangélicos estabeleçam contatos com traficantes — inclusive na tentativa de evangelizá-los — sem se contaminar moralmente. Cf. Leite e Machado da Silva (2007); Zaluar (2004); Birman (2003); Birman e Leite (2000); Mafra (1998); e o capítulo de Leite neste livro.

[20] Em situações de risco, o significado simbólico de certos papéis sociais é usualmente acionado na tentativa de obter "imunidade". No caso dos evangélicos, através de uma conduta compatível com a esperada da filiação religiosa, do uso da Bíblia etc. No caso das mães, através do recurso discursivo aos "laços primordiais" – "as igualdades de sangue, fala, costumes" –, experimentados como "vínculos inefáveis, vigorosos e obrigatórios em si mesmos" (Geertz, 1978: 261). Para o tema, cf. Leite e Machado da Silva (2007) e o capítulo de Leite neste livro.

5. Conclusão: sobre riscos e rotinas nas favelas

Para apresentar as conclusões do capítulo, é necessário sintetizar alguns pontos analisados nos relatos dos moradores, buscando ao mesmo tempo compreender o sentido subjacente às suas falas. Viu-se que a descrição das formas de atuação da polícia nas favelas é sempre acompanhada de críticas acerbas. Estas, entretanto, não se dirigem propriamente à corporação (ninguém é contra a repressão policial), nem tampouco aos métodos violentos em si mesmos. As críticas são antes ao caráter indiscriminado da ação que não distingue entre "gente de bem" e "marginais". Em outras palavras, o que os moradores criticam é menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto.

Deve-se notar que parte das críticas à atuação da polícia denuncia a corrupção e a inação policial nos postos situados nas localidades, em geral na periferia delas, sugerindo que a aceitação de métodos violentos tem como limite sua funcionalidade como "garantia externa" da ordem social local. Pode-se acrescentar, ainda, que a crítica não se organiza a partir da denúncia das ilegalidades cometidas pelos policiais (exceto no caso de violações ao direito à vida, como argumentado antes), mas antes como reação aos desajustamentos que suas práticas introduzem no fluxo das interações rotineiras nos territórios favelados. A causa das interrupções produzidas pela violência policial algumas vezes é atribuída aos estereótipos e preconceitos contra os favelados (há uma clara compreensão de que os policiais não agem da mesma forma na "favela" e no "asfalto"). Mas a menção ao preconceito constitui uma outra forma de crítica. Neste caso, reconhecem que a polícia não é ator, mas instrumento, dispositivo, da construção do "problema da violência" e de medidas para sua solução articuladas a partir da "geometria variável".

A conclusão geral sobre as críticas à violência policial pode ser resumida da seguinte maneira: elas denunciam a violência, mas referem-se a outro problema: a quebra das rotinas. É esta questão não tematizada que organiza todo o discurso crítico e "ajusta" (*justesse*) o ponto de vista das camadas sociais mais abastadas (segregador, estereotipado e preconceituoso) e o dos moradores de favela (bem como dos demais territórios da pobreza). Estas duas categorias — favelados e moradores do "asfalto" — do imaginário sobre o Rio de Janeiro, centrais na configuração da estratificação social da cidade e seus conflitos, acabam se encontrando naquilo que não dizem: a intensa preocupação com o prossegui-

mento das rotinas cotidianas, vividas como sistematicamente ameaçadas pela violência. No caso dos moradores de favelas, o que está em questão não é a regulação estatal/legal, a democracia (embora este tópico apareça "camuflado" por reclamações sobre as diferenças de tratamento no "asfalto" e na "favela"), nem a restrição da violência. O problema criticado é, antes, o desrespeito às diferenças e hierarquias internas que constituem a versão local da ordem social.

A descrição das formas de atuação dos criminosos também vem sempre acompanhada de crítica, mas sob outro quadro de referência, que incorpora uma periodização ausente no entendimento da violência policial. O que revela que, a despeito da clara percepção dos moradores sobre a mudança do estatuto da violência criminal nas favelas, o impacto desta sobre seu cotidiano/suas rotinas é tido como previsível e manipulável. Em outras palavras, "antigamente" a atividade criminal não afetava o fluxo regular da vida local por estar "ajustada" a ele. Além disso, podia até mesmo contribuir para sua regulação, na medida em que este ajustamento convertia os criminosos em uma espécie de autoridade local. Por outro lado, sendo a atividade criminal menos visível e menos ostensiva (ou intersticial), a atuação da polícia também o era. Assim, os moradores parecem considerar que o segredo, a clandestinidade e a invisibilidade pública da atividade criminal, provocando certo desinteresse (da polícia, da população "de fora" e dos próprios moradores) pela mesma, eram característicos desse passado idealizado. Ao contrário, "hoje" os criminosos/traficantes se orientam segundo um padrão de sociabilidade próprio que é incompatível com as regras de convivência dos moradores comuns. As críticas às humilhações e à falta de "respeito" — elemento central do repertório crítico dos moradores de favelas — traduzem sua percepção acerca do não-reconhecimento da alteridade dos favelados por parte dos agentes da sociabilidade violenta.

Frente a esta forma de vida, os moradores comuns desenvolvem um esforço de "limpeza simbólica" que é de dupla natureza. De um lado, procuram afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando a natureza ordeira e pacífica e seus padrões de moralidade burguesa. Deve-se ressaltar, nesta operação, a ressignificação do sentido de "vagabundo" pelos próprios moradores de favelas. Antes uma categoria externa de criminalização dos favelados, enquanto "classes perigosas", articulada a partir das referências do mundo do trabalho (Valladares, 2005; Zaluar, 1985). Hoje, tornou-se uma "categoria nativa" que se refere ao crime e à violência, demarcando fronteiras em relação às pessoas/"cidadãos de bem" residentes

em favelas. De outro, como muitas vezes os traficantes são parentes, vizinhos ou conhecidos próximos, desenvolvem um esforço (sempre individualizado e pontual) para "re-humanizar" ou "re-moralizar" a pessoa em questão. Não que as práticas criminais sejam justificadas. Os moradores apenas sugerem que, mesmo agindo de maneira reprovável, a pessoa tem outras características que a tornam "gente como a gente" e não um monstro moral.

Paralelamente ao reconhecimento da radical incompatibilidade entre formas de vida contíguas compartilhando o mesmo território, são muito intensas as manifestações de reprovação, desconforto e medo relacionados aos constantes confrontos armados entre bandos de criminosos. A conclusão geral sobre as críticas dirigidas à violência criminal caminha na mesma direção das críticas à atuação dos policiais. Não é propriamente nem o crime nem a violência que organizam o discurso crítico, mas sim, como se viu nos relatos analisados, a interferência desta forma de vida sobre o fluxo rotineiro da vida nos territórios das favelas.

Tudo isto sugere que a "presença ausente" (não reconhecida, logo não tematizada) no discurso sobre a violência policial e criminal dos moradores de favela é o fluxo das rotinas cotidianas, ou melhor, o caráter imprevisível das freqüentes interrupções que elas sofrem. Uma utilização livre do que Giddens (1997; 1991; 1989) designa como "segurança ontológica" permite pensar que também esta depende de "garantias externas" (e que, para este autor, estariam vinculadas aos "sistemas peritos"). É necessário reconhecer, entretanto, que não se pode presumir a confiança dos moradores de favelas nas instituições estatais encarregadas da proteção aos cidadãos. Operando no quadro da "cidadania de geometria variável", estas, com freqüência, trazem incerteza e insegurança à vida dos segmentos subalternos da população, uma vez que, por sua extensão e qualidade, os bens de cidadania e os serviços públicos diferenciam-se social e espacialmente, e a lei escrita não se aplica universalmente a todos os casos e segmentos sociais. Vale observar que a noção de "sistema perito" de Giddens está associada à burocratização do conhecimento sob a forma de organizações incrustadas na vida cotidiana e supõe um universalismo que não existe no caso de alguns sistemas no Brasil, cujas regras de funcionamento, embora burocratizadas, são ao mesmo tempo contingentes e contexto-dependentes. Dito de outro modo, no caso em análise, as "garantias externas" não provêm do conjunto de aparelhos ou campos (que tendem ao monopólio da violência, simbólica ou material) de controle social, depositários da capacidade de impor regras generalizadas de conduta.

O material coletado sugere que é a experiência prática e imediata de uma ordem rotineira estável (aquilo que permite "continuar", como diz Giddens) que fornece tais garantias, orientando os moradores sobre como ajustar suas condutas às situações de violência, perigo e insegurança. Isto leva a crer que o funcionamento institucional, com os respectivos conflitos, é fortemente influenciado pelos modos de lidar com a experiência da densidade do mundo necessária à "segurança ontológica". Em outras palavras, tais garantias são representadas por rotinas suficientemente estabilizadas, capazes de incorporar a possibilidade de "prosseguir" em situações extraordinárias, que passam a ser cognitiva e moralmente manipuladas como "riscos" e não como bloqueio das condições "objetivas" (isto é, da organização das rotinas) para "continuar". Este bloqueio é vivido como um perigo cada vez mais "inadministrável", interno (no caso da violência policial) ou externo (no caso da violência criminal).

Por fim, cabe ressaltar que a ansiedade gerada por esta ameaça à segurança ontológica se expressa sob a forma de um medo social difuso, que acaba por produzir demandas de uma recomposição das rotinas pela força, fechando assim um círculo de ferro que reproduz indefinidamente a violência como elemento estruturador fundamental, sempre presente e sempre temido, nas favelas e em toda a cidade.